

AJ01880

ORLANDO CALIMAN



A dispersão demasiada das atividades e da ocupação territorial humana tende a comprometer de maneira mais acentuada o meio ambiente

Concentração espacial e sustentabilidade

Podemos considerar como até naturais as críticas que são feitas em relação à concentração espacial das atividades econômicas. No Espírito Santo, por exemplo, cerca de 64% de toda a riqueza produzida no Estado concentra-se na Região Metropolitana. No outro extremo vamos encontrar a microrregião de Caparaó, que compreende 11 municípios, com uma participação de apenas 1%. E se levarmos em consideração os investimentos previstos para os próximos anos em toda a extensão litorânea, a tendência é que se reforce ainda mais o processo de concentração, agora contemplando os sentidos norte e sul do litoral.

Há quem questione esse processo ao considerá-lo ruim tanto do ponto de vista da questão das desigualdades entre as regiões quanto também do ponto de vista da sustentabilidade, sobretudo, no que diz respeito ao meio ambiente. Eu prefiro, ao contrário, ver esse processo como uma janela de oportunidades com um amplo leque de abran-

gências, que poderá contemplar não somente os municípios litorâneos, mas também os do interior. A questão é saber como fazer com que esse interior possa se apropriar da melhor maneira possível do dinamismo litorâneo; ou seja, como os negócios do litoral poderão induzir negócios no interior.

Concentração espacial das atividades econômicas, dentro de certos limites, necessariamente nem sempre vem acompanhada de desigualdades acentuadas de renda recebida pelas pessoas. Existem exemplos de países com grande concentração espacial das atividades econômicas e baixíssima desigualdade. Japão é um deles. Infelizmente, não é o nosso caso.

Em 2010, a renda domiciliar per capita da Região Metropolitana correspondia a praticamente o dobro da observada na microrregião de Caparaó. O desafio está em encontrar o caminho que leve os municípios daquela região a desenvolverem atividades econômicas compatíveis com suas características, condições e potencialidades, a partir das lógicas metropolitanas, e agora litorânea. De antemão não há como imaginar levar para lá atividades econômicas de alto impacto; ou mesmo para outras regiões frágeis em termos ambientais. Podemos sim pensar em desenvolver pequenos negócios ligados,

por exemplo, ao eco e agroturismo.

A concentração espacial, diferentemente da desigualdade, em muitos casos, pode ser considerada como benéfica na perspectiva ambiental, pois possibilita também a concentração dos impactos negativos. Em contrapartida a dispersão demasiada das atividades econômicas e da ocupação territorial humana tende a comprometer de maneira mais acentuada o meio ambiente. Daí decorre, na avaliação de muitos especialistas, a preferência pela verticalização da ocupação urbana – prédios altos no lugar de casas. Imaginemos transformar em casas todos os apartamentos existentes numa cidade hoje verticaliza. Haveria a necessidade de extensões enormes de terras, e com

—
O desafio está em encontrar o caminho que leve a região do Caparaó a desenvolver atividades compatíveis com suas características e potencialidades, a partir da lógica metropolitana

elas toda a infraestrutura. A área de impacto seria imensamente maior.

Talvez o exemplo mais emblemático de como a concentração espacial das atividades econômicas ajudou na sustentabilidade foi o Japão. Conscientes da importância estratégica exercida pela parte central da grande ilha, os japoneses iniciaram ainda no século XVIII um processo intensivo de reflorestamento e preservação da cobertura florestal, ao mesmo tempo em que redirecionaram as atividades econômicas de maior impacto para o litoral. O mesmo fez a República Dominicana, que optou pela maior concentração da população no seu litoral na sua vertente para o mar do Caribe, preservando o restante, inclusive a costa na vertente do Atlântico. Diferentemente do que fez o Haiti, que faz fronteira com aquele país, pertencendo à mesma ilha, que devastou todo o seu território e tenta sobreviver numa terra arrasada.

Voltando ao nossa realidade, é possível acreditar que seja possível pensarmos num Espírito Santo com bem menos desigualdades em 2030, embora mantendo a alta concentração espacial da população e das atividades econômicas. Para isso é preciso criatividade e ousadia na formulação das políticas e nas ações de intervenção que qualifiquem as regiões interioranas.